

CURSO SUPER OAB

A Faculdade de Ciências Jurídicas Professor Alberto Deodato com o intuito de promover o aperfeiçoamento da sua comunidade acadêmica, oferta para os seus alunos e ex-alunos um curso preparatório para o Exame Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, de acordo com especificações abaixo:

- **Público Alvo:** alunos do 8º, 9º e 10 períodos e ex-alunos
- **Inscrições:** 31/01 a 13/02
- **Horário para inscrição:** 09:00 às 18hrs
- **Local para Inscrições:** Núcleo de Prática Jurídica – Coordenação de Extensão
- **Número de vagas:** 60 (sessenta vagas)
- **Valor:** R\$270,00 (à vista)
R\$300,00 (parcelado em duas vezes)
- **Horário de realização do curso:** 08 às 12hrs.
- **Cronograma das Aulas (anexo)**
- **Disciplinas Ofertadas:**

Estatuto da OAB

Direito Constitucional

Direito Internacional e Humanos

Direito Civil e Direito do Consumidor

Filosofia do Direito

Direito Processual Civil

Direito Penal

Direito Processual Penal

Direito do Trabalho

Direito Processual do Trabalho

Direito Administrativo

Direito Empresarial e Tributário

Será expedido certificado num total de cinquenta (50) horas de atividades complementares, comprovada frequência mínima de 75% da carga horária total do curso.

EMENTA DAS DISCIPLINAS

DIREITO ADMINISTRATIVO:

1 Princípios, fontes e interpretação. 2 Atividade e estrutura administrativa. Organização administrativa brasileira. 2.1 Terceiro setor. 3 Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder, vinculação e discricionariedade. 3.1 Poder hierárquico. 3.2 Poder disciplinar e processo administrativo disciplinar. 3.3 Poder regulamentar. 3.4 Poder de polícia. 4 Atos administrativos: conceito, atributos, classificação, espécies, extinção. 5 Licitações e contratos. 6 Serviços públicos. 6.1 Serviços delegados, convênios e consórcios. 6.2 Agências Reguladoras. 6.3 Parcerias público-privadas. 7 Agentes públicos: espécies, regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades. 7.1 Teto remuneratório. 8 Domínio público: afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição e alienação, utilização dos bens públicos pelos particulares. 9 Intervenção estatal na propriedade: desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação, tombamento. 10 Intervenção estatal no domínio econômico: repressão ao abuso do poder econômico. 11 Controle da Administração Pública: controle administrativo, controle legislativo, controle externo a cargo do Tribunal de Contas, controle judiciário. 11.1 A Administração em juízo. 12 Improbidade administrativa: Lei 8.429/92. 13 Abuso de autoridade: Lei 4.898/65. 14 Responsabilidade civil do Estado: previsão, elementos, excludentes, direito de regresso. 15. A prescrição no direito administrativo. 16 Aplicabilidade das leis de processo Administrativo: direito de petição, recursos administrativos, pareceres.

DIREITO CIVIL:

1 Direito civil e Constituição. 2 Pessoa natural e Direitos da personalidade. 3 Pessoa jurídica. 4 Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. 5 Prescrição e Decadência. 6 Teoria Geral das Obrigações. 7 Atos Unilaterais. 8 Teoria do Contrato. 9 Contratos em espécie. 10 Teoria da Responsabilidade civil. 11 Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. 12 Posse. 13 Direitos Reais 14 Casamento, União Estável e Monoparentalidade. 15 Dissolução do Casamento e da União Estável. 16 Parentesco. 17 Poder Familiar. 18 Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares. 19 Alimentos. 20 Sucessão legítima. 21 Sucessão testamentária e disposições de última vontade. 22 Leis Civis Especiais. 23 Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

1 Conselho Nacional de Justiça. 2. Ação. 3. Direito de defesa. 4 Competência. 5. Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. 6. Intervenção anômala da União. 7 Amicus Curiae. 8. Processo. Classificação dos Processos: processo de conhecimento. 9. Processo cautelar. 10. Processo de execução. 11. Modalidades de procedimentos. 12. Aspectos Econômicos e Éticos do Processo: O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes (Lei 1.060/50 e seu procedimento). 13. Responsabilidade por dano processual. 14 Processo Eletrônico. 15. A Lei 11.419/2006 e a posição do CNJ. 16 Atos Processuais. 17 Nulidades. 18 Tutela Coletiva. 19 Espécies de direitos metaindividuais. 20. Ação de Improbidade Administrativa e a Lei 8.429/92. 21. Ações Coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Arbitragem e a Lei 9.307/96. 22 A conciliação e a mediação judiciais. 23 A Resolução 125/10 do CNJ. 24 Processo de conhecimento. 25 Petição Inicial. 26. Valor da causa. 27. Citação. 28 Efeitos da citação. Modalidades: correio, oficial de

justiça, hora certa, edital, eletrônica. 29 Formação e suspensão do processo. 30 Estabilização da demanda. 31 Suspensão própria e imprópria. 32. Resposta do réu. 33 Espécies de defesa. 34 Exceção. 35 Contestação. 36 Reconvenção. 37 Impugnação ao valor da causa. 38 Impugnação à concessão da gratuidade de justiça. 39 Revelia. 40 Providências Preliminares. 41 Efeitos da revelia. 42 Declaração incidental. 43 Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. 44 Alegações do réu. 45 Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo. 46 Julgamento antecipado da lide. 47 Audiência preliminar. 48 Despacho saneador. 49 Extinção com e sem resolução de mérito. 50 Sentença definitiva e terminativa. 51 Coisa julgada material e formal. 52 Tutelas de Urgência: Tutela Antecipada, Tutela Cautelar e Tutela Inibitória. 53 A tutela antecipada em face da Fazenda Pública e a Lei 9.494. 54 Teoria Geral das Provas. 55 Meios de prova. 56 Ônus da prova. 57 Provas Ilícitas. 58 Prova emprestada. 59 Prova indiciária. 60 Sistema de valoração da prova. 61 Fases do procedimento probatório. 62 Poderes probatórios do juiz. 63 Provas em espécie. 64 Audiência de instrução e julgamento (AIJ). 65 Procedimentos: Procedimento comum e especial. 66 Procedimento comum ordinário. 67 Procedimento sumário. 68 Sentença. 69 Elementos essenciais da sentença. 70 Sentença liminar. 71 Tutela específica da obrigação de fazer, não fazer, entrega da coisa. 72 Coisa Julgada. 73 Formação. 74 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. 75 Preclusão. 76 Teoria Geral dos Recursos Legitimidade e Interesse para recorrer. 77 Princípios relativos aos recursos. 78 Remessa Necessária e Recursos em Espécie. 79 Apelação. 80 Agravo. 81 Agravo Interno ou Regimental. 82 Agravo de Instrumento. 83 Agravo Retido. 84 Embargos Infringentes. 85 Embargos de Declaração. 86 Embargos de declaração com efeitos infringentes. 87 Embargos de declaração prequestionatórios. 88 Embargos de declaração protelatórios. 89 Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 90 Da Ordem dos Processos no Tribunal. 91 Criação de súmulas no Direito Brasileiro. 92 Incidentes e Ações. 93 Uniformização de Jurisprudência. 94 Declaração de Inconstitucionalidade. 95 Homologação de Sentença Estrangeira. 96 Ação Rescisória. 97 Ação anulatória. 98 A Reclamação no Direito Brasileiro. 99 Teoria geral da execução. 100. Meios de execução.

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição: conceito, classificação e elementos. 2. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. 3. Histórico das Constituições Brasileiras. 4. Neoconstitucionalismo. 5. Do poder constituinte: originário, derivado e decorrente. 6. Da interpretação da norma constitucional. 7. Controle de Constitucionalidade: conceito, espécies, momentos de controle, sistemas de controle judicial 7.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade. 7.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. 7.3. Ação declaratória de constitucionalidade. 7.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 7.5. O Processo de Julgamento da ADI, ADC e ADO (Lei Federal 9.868/99, com redação dada pela Lei Federal 12.063/09). 7.6. O Processo de Julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Lei Federal 9.882/99) 8. Preâmbulo Constitucional 9. Dos Princípios Fundamentais. 10. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 11. Tutela Constitucional das Liberdades: 11.1. Habeas Corpus. 11.2. Habeas Data (Lei Federal 9.507/97). 11.3. Mandado de Segurança Individual e Mandado de Segurança Coletivo (Lei Federal 12.016/09). 11.4. Mandado de Injunção. 11.5 Direito de Certidão. 11.6. Direito de Petição. 11.7. Ação Popular (Lei Federal 4.717/65). 12. Direitos Sociais. 13. Direito de Nacionalidade. 14. Direitos Políticos. 15. Divisão Espacial do Poder. Organização do Estado: 15.1. União. 15.2. Estados Federados. 15.3. Municípios. 15.4. Distrito Federal e Territórios. 16. Da intervenção. 17. Administração Pública. 18. Organização dos Poderes. 18.1. Poder Legislativo. 18.1.2. Processo Legislativo 18.2. Poder Executivo. 18.3. Poder

Judiciário e Funções Essenciais à Justiça. 19. Da Tributação e do Orçamento: Sistema Tributário Nacional. 20. Sistema Orçamentário e Finanças Públicas. 21. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 22. Ordem Econômica e Financeira. 22.1. Princípios Gerais da Atividade Financeira. 23. Ordem Social. 24. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

□ DIREITO DO TRABALHO:

1 Direito do Trabalho: conceito, características, divisão, natureza, funções, autonomia. 2 Fundamentos e formação histórica do Direito do Trabalho. 2.1 Tendências atuais do Direito do Trabalho. 2.2 Flexibilização. 2.3 Desregulamentação. 3 Fontes formais do Direito do Trabalho. Conceito, classificação e hierarquia. 3.1 Conflitos e suas soluções. 4 Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. 4.1 Métodos básicos de exegese. 4.2 O papel da equidade. 4.3 Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. 4.4 Revogação. 4.5 Irretroatividade. 4.6 Direito adquirido. 5 Princípios do Direito do Trabalho. 5.1 Princípios constitucionais do Direito do Trabalho. 5.2 Distinção entre princípio e norma. 6 Renúncia e transação no Direito do Trabalho. 6.1 Comissões de Conciliação Prévia. 7 Relação de trabalho e relação de emprego. 7.1 Estrutura da relação empregatícia: elementos componentes; natureza jurídica. 8 Relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso. 8.1 Portuário. Lei nº 8.630/93. 8.2 Estágio. Cooperativas de mão-deobra. 8.3 Contratos de trabalho por equipe. 9 Empregado: conceito, caracterização. 9.1 Altos empregados: trabalhadores intelectuais, exercentes de cargos de confiança. 9.2 Os diretores e os sócios. 9.3 Mãe social. 9.4 Índios. 9.5 Aprendiz. 10 Empregado doméstico: conceito, caracterização, Lei Federal 5.859/72. 11 Empregador: conceito, caracterização. 11.1 Cartório não oficializado. 11.2 Empresa e estabelecimento. 11.3 Grupo econômico. 11.4 Sucessão de empregadores. 11.5 Consórcio de empregadores. 11.6 Situações de responsabilização empresarial. 12 Trabalho rural: empregador, empregado e trabalhador rural. 12.1 Normas de proteção ao trabalhador rural. 13 Terceirização no Direito do Trabalho. 13.1 Terceirização lícita e ilícita. 13.2 Trabalho temporário. 13.3 Entes estatais e terceirização. 13.4 Responsabilidade na terceirização. 14 Contrato de emprego: denominação, conceito, classificação, caracterização. 14.1 Trabalho voluntário. 14.2 Morfologia do contrato. 14.3 Elementos integrantes: essenciais, naturais, acidentais. 14.4 Contratos especiais de trabalho. 15 Modalidades de contratos de emprego. 15.1 Tipos de contratos a termo. 15.2 Contrato de experiência e período de experiência. 15.3 Contrato de emprego e contratos afins. 15.4 Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. 15.5 Pré-contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos. 16 Formas de invalidade do contrato de emprego. 16.1 Nulidades: total e parcial. 16.2 Trabalho ilícito e trabalho proibido. 16.3 Efeitos da declaração de nulidade. 17 Trabalho infantil. 17.1 Conceito e normas legais aplicáveis. 17.2 Penalidades. 17.3 Efeitos da contratação. 17.4 Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. 17.5 Tratamento legal e constitucional. 17.6 Os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente: composição e atribuições. 18 Normas de proteção ao trabalhador adolescente. 18.1 Limites à contratação. 18.2 Estágio e aprendizagem: conceitos, distinção e características. 18.3 Direitos do estagiário e do aprendiz. 18.4 Requisitos para a adoção válida dos regimes de estágio e de aprendizagem. 18.5 Trabalho Voluntário. 19 Efeitos do contrato de emprego: direitos, deveres e obrigações das partes. 19.1 Efeitos conexos do contrato: direitos intelectuais; invenções do empregado; direitos autorais e propriedade intelectual; indenizações por dano moral e material. 19.2 Os poderes do empregador no contrato de emprego: diretivo, regulamentar, fiscalizatório e disciplinar. 20 Duração do trabalho. 20.1 Fundamentos e objetivos. 20.2 Jornada de trabalho e horário de trabalho.

20.3 Trabalho extraordinário. 20.4 Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. 20.5 Banco de horas. 20.6 Horas in itinere. 20.7 Empregados excluídos do direito às horas extras. 20.8 Art. 62 da CLT. 20.9 Jornadas especiais de trabalho. Bancário. 20.10 Função de confiança. 20.11 Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial. 21 Repouso. 21.1 Repouso intrajornada e interjornada. 21.2 Repouso semanal e em feriados. 21.3 Remuneração simples e dobrada. 21.4 Descanso anual: férias. 22 Remuneração e salário: conceito, distinções. 22.1 Gorjetas. 22.2 Caracteres e classificação do salário. 22.3 Composição do salário. 22.4 Modalidades de salário. 22.5 Adicionais. 22.6 Gratificação. 22.7 Comissões. 22.8 13º salário. 22.9 Parcelas não-salariais. 22.10 Salário e indenização. 22.11 Salário in natura e utilidades não salariais. 23 Formas e meios de pagamento do salário. 23.1 Proteção ao salário. 24 Equiparação salarial. 24.1 O princípio da igualdade de salário. 24.2 Desvio de função. 25 Alteração do contrato de emprego. 25.1 Alteração unilateral e bilateral. 25.2 Transferência de local de trabalho. 25.3 Remoção. 25.4 Reversão. 25.5 Promoção e rebaixamento. 25.6 Alteração de horário de trabalho. 25.7 Redução de remuneração. 25.8 Jus variandi. 26 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho: conceito, caracterização, distinções. 26.1 Situações tipificadas e controvertidas. 27 Cessação do contrato de emprego: causas e classificação. 27.1 Rescisão unilateral: despedida do empregado. 27.2 Natureza jurídica da despedida. 27.3 Limites. 27.4 Rescisão unilateral: demissão do empregado. 27.5 Aposentadoria. 27.6 Força maior. 27.7 Factum principis. 27.8 Morte. 27.9 Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato. 27.10 Despedida indireta. 27.11 Falta grave. 27.12 Justa causa. 27.13 Princípios. 27.14 Espécies. 28 Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego. 28.1 Indenização por tempo de serviço: conceito e fundamento jurídico. 28.2 Indenização nos casos de contrato a termo. 28.3 Aviso prévio. 28.4 Multa do art. 477 da CLT. 28.5 Procedimentos e direitos concernentes à cessação do contrato. 28.6 Homologação. 28.7 Quitação. 28.8 Eficácia liberatória. 29 Estabilidade e garantias provisórias de emprego: conceito, caracterização e distinções. 29.1 Formas de estabilidade. 29.2 Teoria da nulidade da despedida arbitrária. 29.3 Renúncia à estabilidade. 29.4 Homologação. 29.5 Despedida de empregado estável. 29.6 Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa: readmissão e reintegração. 29.7 Indenizações rescisórias. 29.8 Despedida obstativa. 30 O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. 31 Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. 32 Segurança e higiene do trabalho. 32.1 Labor em circunstâncias agressoras da saúde e segurança do empregado. 32.2 Periculosidade e insalubridade. 32.3 Trabalho da criança, do menor e da mulher. 32.4 A discriminação no contrato de trabalho. 32.5 Trabalho noturno. 33 Direito Coletivo do Trabalho: definição, denominação, conteúdo, função. 33.1 Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução. 33.2 Direito Coletivo: o problema das fontes normativas e dos princípios jurídicos. 34 Liberdade sindical. 34.1 Convenções 87 e 98 da OIT. 34.2 Organização sindical. 34.3 Modelo sindical brasileiro. 34.4 Conceito de categoria. 34.5 Categoria profissional diferenciada. 34.6 Dissociação de categorias. 34.7 Membros da categoria e sócios do sindicato. 35 Entidades sindicais: conceito, natureza jurídica, estrutura, funções, requisitos de existência e atuação, prerrogativas e limitações. 35.1 Garantias sindicais. 35.2 Sistemas sindicais: modalidades e critérios de estruturação sindical; o problema no Brasil. 36 Negociação coletiva. 36.1 Função. 36.2 Níveis de negociação. 36.3 Instrumentos normativos negociados: acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho. 36.4 Efeitos das cláusulas. 36.5 Cláusulas obrigacionais e cláusulas normativas. 36.6 Incorporação das cláusulas nos contratos de emprego. 37 Mediação e arbitragem no Direito do Trabalho. 37.1 Poder normativo da Justiça do Trabalho. 38 Atividades do Sindicato. 38.1 Condutas antissindicais: espécies e consequências. 39 A greve no direito brasileiro. 40 Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:

1 Direito Processual do Trabalho. 1.1 Princípios. 1.2 Fontes. 1.3 Autonomia. 1.4 Interpretação. 1.5 Integração. 1.6 Eficácia. 2 Organização da Justiça do Trabalho. 2.1 Composição, funcionamento, jurisdição e competência de seus órgãos. 2.2 Os juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista. 3 O Ministério Público do Trabalho. 3.1 litisconsórcio. 5.1 Assistência Judiciária. 5.2 Justiça Gratuita. 5.3 Jus Postulandi. 5.4 Mandato tácito. 6 Atos, termos e prazos processuais. 6.1 Despesas processuais. 6.2 Responsabilidade. 6.3 Custas e emolumentos. 6.4 Comunicação dos atos processuais. 6.5 Notificação. 6.6 Art. 769/CLT e a aplicação do Direito Comum e Direito Processual Comum. 7 Vícios do ato processual. 7.1 Espécies. 7.2 Nulidades no processo do trabalho: extensão, princípios, arguição, declaração e efeitos. 7.3 Preclusão. 8 Dissídio individual e dissídio coletivo. 8.1 Distinção. 8.2 Dissídio individual: procedimentos comum e sumaríssimo. 8.3 Petição inicial: requisitos, emenda, aditamento, indeferimento. 8.4 Pedido. 9 Audiência. 9.1 “Arquivamento”. 9.2 Conciliação. 9.3 Resposta do reclamado. 9.4 Defesa direta e indireta. 9.5 Revelia. 9.6 Exceções. 9.7 Contestação. 9.8 Compensação. 9.9 Reconvenção. 10 Provas no processo do trabalho: princípios, peculiaridades, oportunidade e meios. 10.1 Interrogatórios. 10.2 Confissão e consequências. 10.3 Documentos. 10.4 Oportunidade de juntada. 10.5 Incidente de falsidade. 10.6 Perícia. 10.7 Sistemática de realização das perícias. 10.8 Testemunhas. 10.9 Compromisso, impedimentos e consequências. 10.10 Ônus da prova no processo do trabalho. 11 Sentença nos dissídios individuais. 11.1 Honorários periciais e advocatícios. 11.2 Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros. 11.3 INSS. 12 Sistema recursal trabalhista. 12.1 Princípios, procedimento e efeitos dos recursos. 12.2 Recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento e embargos de declaração. 12.3 Recurso adesivo. 12.4 Pressupostos extrínsecos de admissibilidade dos recursos. 12.5 Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. 13 Recurso de revista. 13.1 Pressupostos intrínsecos de admissibilidade. 13.2 Prequestionamento. 13.3 Matéria de fato. 13.4 Efeitos. 13.5 Juízo de admissibilidade. 13.6 Recurso nos dissídios coletivos. 13.7 Efeito suspensivo. 14 Execução Trabalhista. 14.1 Execução provisória e execução definitiva. 14.2 Carta de sentença. 14.3 Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais. 14.4 Execução de quantia certa contra devedor solvente. 14.5 Execução de títulos extrajudiciais. 14.6 Execução da massa falida. 14.7 Liquidação da Sentença. 14.8 Mandado de Citação. 14.9 Penhora. 15 Embargos à Execução. 15.1 Exceção de pré-executividade. 15.2 Impugnação à sentença de liquidação. 15.3 Embargos de Terceiro. Fraude à execução. 16 Expropriação dos bens do devedor. 16.1 Arrematação. 16.2 Adjudicação. 16.3 Remição. 16.4 Execução contra a Fazenda Pública: precatórios e dívidas de pequeno valor. 17 Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance e procedimento. 18 Inquérito para apuração de falta grave. 18.1 Conceito e denominação. 18.2 Cabimento. 18.3 Prazo. 18.4 Julgamento do inquérito. 18.5 Natureza e efeitos da sentença. 19 Ações civis admissíveis no processo trabalhista: ação de consignação em pagamento, ação de prestação de contas, mandado de segurança e ação monitória. 19.1 Ação anulatória: de sentença e de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho. 20 Ação civil pública. 20.1 Ação civil coletiva. 20.2 Legitimados, legitimação autônoma, substituição processual, condenação genérica e liquidação. 20.3 Coisa julgada e litispendência. 21 Dissídio Coletivo. 21.1 Conceito. 21.2 Classificação. 21.3 Competência. 21.4 Instauração: prazo, legitimação e procedimento. 21.5 Sentença normativa. 21.6 Efeitos e vigência. 21.7 Extensão das decisões e revisão. 21.8 Ação de Cumprimento. 22 Ação rescisória no processo do trabalho. 22.1 Cabimento. 22.2 Competência. 22.3 Fundamentos de admissibilidade. 22.4 Juízo rescindente e juízo rescisório. 22.5 Prazo para propositura. 22.6 Início da contagem do prazo. 22.7

Procedimento e recurso. 23 Tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho. 24 Procedimento ordinário, sumário e sumaríssimo.

□ DIREITO EMPRESARIAL:

1 Do Direito de Empresa. 1.1 Do conceito de Empresa. 1.2 Do Empresário. 1.3 Da caracterização e da inscrição. 1.4 Da capacidade. 1.5 Da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. 2 Da Sociedade. 2.1 Disposições gerais. 2.2 Da sociedade não personificada. 2.3 Da sociedade em comum. 2.4 Da sociedade em conta de participação. 2.5 Da sociedade personificada. 2.6 Da distinção entre sociedade empresária e não empresária. 2.7 Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária. 2.8 Das sociedades de pessoas. 2.9 Da sociedade simples. 2.10 Da sociedade em nome coletivo. 2.11 Da sociedade em comandita simples. 2.12 Da sociedade limitada. 2.13 Da sociedade anônima. 2.14 Da sociedade em comandita por ações. 2.15 Da sociedade cooperativa. 2.16 Das sociedades coligadas. 3 Da liquidação da sociedade. 3.1 Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. 3.2 Da sociedade dependente de autorização. 4 Do Estabelecimento. 4.1 Disposições gerais. 4.2 Clientela e aviamento. 5 Dos Institutos Complementares. 6 Do registro. 6.1 Do nome empresarial. 6.2 Dos prepostos. 6.3 Da escrituração. 7 Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e da Falência do Empresário e da Sociedade Empresária. 8 Do Microempreendedor Individual, Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. 9 Dos Contratos Empresariais. 10 Dos Títulos de Crédito. 11 Das Sociedades por Ações. 11.1 Lei 6.404/1976. 12 Dos Valores Mobiliários. 12.1 Do Mercado de Valores Mobiliários. 12.2 Da Comissão de Valores Mobiliários. 12.3 Lei 6.385/1976. 13 Do Sistema Financeiro Nacional. Organização. 3.2 Competência. 3.3 Atribuições. 3.4 Lei Complementar nº 75/93. 3.5 Inquérito civil público. 4 Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. 4.1 Competência Internacional. 4.2 Conflitos de Competência. 5 Partes, procuradores, representação, substituição processual e 13.1 Lei 4.595/1965. 13.2 Do Regime de Administração Especial Temporária (RAET). 13.3 Da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras. 13.4 Lei 6.024/1974. 14 Da Propriedade Intelectual. 14.1 Das Patentes. 14.2 Dos Desenhos Industriais. 14.3 Das Marcas. 14.4 Das Indicações Geográficas. 14.5 Dos Crimes contra a Propriedade Industrial. 14.6 Da Concorrência Desleal. 14.7 Da Transferência de Tecnologia e da Franquia. 15 Ações de rito ordinário, sumário e especial. 15.1 Petição inicial, contestação, exceções, reconvenção, impugnações, réplicas, memoriais e manifestações. 15.2 Recursos. 15.3 Cumprimento de sentença e processo de execução. 15.4 Tutelas de urgência: tutela antecipada, tutelas cautelares. 15.5 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. 16 Arbitragem. 16.1 Lei 9.307/1996.

□ DIREITO PENAL:

1 História do Direito Penal. 2 Criminologia. 3 Política Criminal. 4 Princípios penais e constitucionais. 5 Aplicação da Lei Penal. 5.1 Lei Penal no Tempo; 5.2 Lei Penal no Espaço. 6 Teoria Geral do Delito; 6.1 Conduta; 6.2 Relação de Causalidade; 6.2.1 Teoria da imputação objetiva; 6.3 Tipo penal doloso; 6.4 Tipo penal culposos; 6.5 Tipicidade; 6.6 Antijuridicidade; 6.7 Culpabilidade; 6.8 Consumação e tentativa; 6.9 Desistência Voluntária; 6.10 Arrependimento eficaz; 6.11 Arrependimento posterior; 6.12 Crime impossível; 6.13 Erro de tipo; 6.14 Erro de proibição; 6.15 Erro de tipo permissivo. 7 Concurso de Pessoas. 8 Penas e seus critérios de aplicação; 8.1 Origens e Finalidades da pena; 8.2 Espécies de penas; 8.3 Aplicação da pena; 8.4 Concurso de crimes; 8.5 Suspensão condicional da pena. 9 Efeitos da condenação. 10 Reabilitação. 11 Medidas de segurança; 11.1 Execução das

medidas de segurança. 12 Causas Extintivas de Punibilidade. 13 Ação Penal. 14 Crimes em espécie. 15 Execução Penal; 15.1 Livramento condicional; 15.2 Progressão e regressão de regime; 15.3 Remição; 15.4 Detração; 15.5 Incidentes de execução. 16 Leis Penais Especiais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1 Princípios constitucionais e processuais penais. 2 Inquérito Policial e Ação Penal. 3 Denúncia, Queixa-crime e representação. 4 Ação Civil ex delicto. 5 Jurisdição e Competência. 6 Questões e Processos Incidentes. 7 Direito Probatório. 8 Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. 9 Atos de comunicação no processo - Das citações e intimações. 10 Atos judiciais – Despacho, decisão e sentença. 11 Da Prisão e demais Medidas Cautelares 12. Liberdade Provisória. 13 Procedimentos do CPP. 14 Procedimentos especiais na legislação extravagante. 15 Nulidades. 16 Recursos. 17 Ações Autônomas de Impugnação.

□ DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO:

1 Hermenêutica do Direito Tributário: vigência, aplicação, interpretação e integração da lei tributária. 2 Legislação Tributária. 2.1 Tratados. 2.2 Convênios. 3 Direitos Humanos e Tributação: o mínimo existencial, as prestações estatais obrigatórias, a justiça fiscal e a dignidade da pessoa humana. 4 Sistema Tributário Nacional: evolução constitucional, os princípios constitucionais, os limites constitucionais impostos ao poder de tributar. 5 Princípios Tributários Expressos e Implícitos. 6 Benefícios Fiscais: imunidade, isenção, suspensão, redução de alíquota, redução de base de cálculo, créditos presumidos, redução de prazos de aproveitamento de créditos, créditos presumidos, isenção, anistia, moratória. 7 Competência Tributária. 7.1 Competência Residual da União. 8 Espécies Tributárias: Impostos. 8.1 Taxas. 8.2 Contribuições de Melhoria. 8.3 Empréstimos Compulsórios. 8.4 Contribuições Especiais. 8.5 PIS, COFINS, CIDE, Contribuições de Categorias Profissionais, Regimes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Distribuição de receitas tributárias. 9 Prescrição e Decadência. 10 Fato Gerador. 11 Lançamento Tributário. 12 Obrigação Tributária. 13 Crédito Tributário: suspensão, exclusão, extinção, privilégios do crédito tributário. Contribuinte. 14 Substituto Tributário. 15 Responsabilidade Tributária. 16 Solidariedade Tributária. Ilícito Tributário. 17 Planejamento Fiscal. 18 Impostos Aduaneiros. 19 Regimes Especiais de Tributação. 20 Repartição de receitas tributárias. 21 Administração Tributária. 22 Processo administrativo fiscal: 23 Consulta. 24 Contencioso administrativo. 25 Processo judicial Tributário. 26 Princípios aplicáveis ao processo administrativo e ao processo judicial tributário. 27 Revisibilidade Administrativa do Lançamento. 28 Impugnação ao Auto de Infração. 29 Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. 30 Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança. 31 Recursos. 32 Tutela Antecipada contra o Poder Público. 33 Medida Cautelar. 34 Embargos à Execução Fiscal. 35 Exceção de Pré-Executividade

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS

1. Conflito de Leis e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Homologação de Sentença Estrangeira. 3. Nacionalidade. 4. Recepção dos Tratados Internacionais no Brasil. 5. Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. 6. Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

FILOSOFIA DO DIREITO

ESTATUTO DA OAB

1. Estatuto da OAB. 2. Regulamento Geral. 3. Código de Ética e Disciplina.